



CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS – MG

RUA ESDRAS THOMÁS SALVADOR, 136 – CENTRO

CEP: 37456-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

www.camaracarvalhos.mg.gov.br

cm@camaracarvalhos.mg.gov.br

LEI DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS, MINAS GERAIS

N.1.132/2025

Cria a Controladoria na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carvalho e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Carvalho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais aprova a seguinte lei:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Carvalho, nos termos do art. 74 da Constituição Federal e demais normas pertinentes.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se por:

I - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos instituídos para comprovar fatos, prevenir erros, fraudes e a ineficiência;

II - Sistema de Controle Interno: unidades técnicas articuladas sob coordenação centralizada, orientadas para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - Auditoria: exame analítico e independente dos atos administrativos e financeiros.

TÍTULO II - DA CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º Fica criada a UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) da Câmara Municipal de Carvalho, subordinado à presidência, com a finalidade de:

I - Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e do orçamento da Câmara Municipal, no mínimo uma vez por ano;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal;

III - Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara Municipal;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS – MG

RUA ESDRAS THOMÁS SALVADOR, 136 – CENTRO

CEP: 37456-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

www.camaracarvalhos.mg.gov.br

cm@camaracarvalhos.mg.gov.br

- IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- V - Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- VI - Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- VII - Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- VIII - Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como sobre as contas de "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
- IX - Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes da celebração de convênios e examinar as despesas correspondentes;
- X - Supervisionar as medidas adotadas pela Câmara Municipal para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, caso haja necessidade;
- XI - Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de restos a pagar, processados ou não;
- XII - Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000;
- XIII - Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;
- XIV - Acompanhar o atingimento dos índices fixados para a área de educação e saúde, nos limites que se apliquem à Câmara Municipal;
- XV - Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pela Câmara Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS – MG

RUA ESDRAS THOMÁS SALVADOR, 136 – CENTRO

CEP: 37456-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

www.camaracarvalhos.mg.gov.br

cm@camaracarvalhos.mg.gov.br

TÍTULO III - DA COORDENAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A UCI será chefiada por um Coordenador, nomeado por ato da Presidente da Câmara entre servidores efetivos, que receberá gratificação pela função.

§ 1º O Coordenador será assistido por um Coordenador Adjunto, nomeado por ato da Presidente da Câmara entre servidores efetivos, que receberá gratificação pela função.

§ 2º Poderá haver apoio de outros servidores efetivos designados pelo Presidente da Câmara, que receberão gratificação de função.

§ 3º O Coordenador poderá expedir normas e orientações para a padronização de procedimentos de controle.

Art. 5º A UCI poderá realizar auditorias, inspeções, emitir pareceres e relatórios trimestrais, encaminhando-os ao Presidente da Câmara e ao Tribunal de Contas.

TÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Art. 6º Verificada qualquer irregularidade, o Controlador Interno cientificará o Presidente da Câmara para a adoção das providências cabíveis.

§ 1º Se não houver regularização em 60 (sessenta) dias, a UCI comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO V - DO RECRUTAMENTO, INSTITUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E LOTAÇÃO DE SERVIDORES NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 7º A UCI será composta por dois membros, um Coordenador e um Coordenador Adjunto.

§ 1º A Coordenação da Unidade de Controle Interno será indicada pelo Presidente da Câmara dentre servidores efetivos, fazendo jus a gratificação de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos básicos, a título de incentivo, durante o período em que estiver na Coordenação do UCI.

§ 2º A Coordenação Adjunta da Unidade de Controle Interno será indicada pelo Presidente da Câmara dentre servidores efetivos, fazendo jus a gratificação de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos básicos, a título de incentivo, durante o período em que estiver na Coordenação do UCI.

§ 3º Poderá haver apoio de outros servidores efetivos designados pelo Presidente da Câmara, que receberão gratificação de função.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARVALHOS – MG

RUA ESDRAS THOMÁS SALVADOR, 136 – CENTRO

CEP: 37456-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

www.camaracarvalhos.mg.gov.br

cm@camaracarvalhos.mg.gov.br

TÍTULO VI – DAS GARANTIAS DOS MEMBROS DA UCI

Art. 8º São garantias dos Controladores e dos servidores da UCI:

I – Independência funcional para o exercício de suas atribuições;

II – Acesso irrestrito a documentos e informações necessárias;

III – Exercer a função para a qual foram nomeados por toda a legislatura (4 anos), não podendo ser delas destituídos, salvo por falta grave apurada em processo administrativo.

a) Os membros nomeados poderão ser remanejados entre as funções de Coordenador e Coordenador Adjunto, por ato da presidência, uma vez a cada mandato da Mesa da Câmara Municipal.

TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A Câmara Municipal deverá promover a capacitação dos servidores lotados na UCI.

Art. 10 As despesas decorrentes da implementação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Carvalho.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Plenário Dr. José Mendes Honório, 28 de abril de 2025.

LUCIANO SIQUEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara